

▪ Objetivos

O projeto – GISE– Gestão Integrada das Serventias Extrajudiciais, aderente ao Plano de Gestão 2011/2012 da CGJUS/TO, foi idealizado com o objetivo de conferir maior segurança e agilidade aos procedimentos de orientação e fiscalização das atividades das 342 Serventias Extrajudiciais do Estado do Tocantins, com foco nos procedimentos de controle de utilização de selos, quantidade de atos praticados, emolumentos cobrados e recolhimento de tributos. Foram considerados os diversos contratemplos e dificuldades vivenciadas pelas serventias, ocasionadas pela falta de informatização, bem como pelas distâncias geográficas do Estado. Com o presente projeto, pretende-se apresentar alternativas de modernização do atendimento às serventias extrajudiciais, propiciando maior eficiência, conforto e segurança aos procedimentos.

▪ Justificativa

Em busca do cumprimento da função regimental de orientar e fiscalizar as serventias extrajudiciais a Corregedoria Geral da Justiça tem atuado basicamente em duas frentes de trabalho, como seguem:

a) Colhe mensalmente informações – valor de emolumentos, quantidade de atos praticados e taxas recolhida – por meio de mapas instituídos por força do Provimento nº 17/2009-CGJUS/TO.

Porém, não tem se mostrado eficaz por várias razões, entre elas destacam-se: as informações, em sua maioria, são imprecisas e intempestivas; a CGJUS não dispõe de sistema adequado para consolidar as informações; há elevado dispêndio financeiro com pagamento de serviços de correios; custos com impressão de documentos e muita utilização de papel que, além dos problemas de

ordem ambiental, exige da CGJUS maior estrutura física destinada a arquivos de documentos.

b) Outra forma de atuação é mediante a visitação in loco, por meio de correição ordinária e extraordinária, o que ocasiona deslocamento de servidores, com conseqüente dispêndio com diárias, transporte, bem como o desfalque nos serviços da Sede da Corregedoria.

A implantação do projeto em tela vai ao encontro dos objetivos traçados no Planejamento Estratégico 2009/2014, especificamente direcionada a redução de custos operacionais. O projeto propõe a modernização dos procedimentos de controle e acompanhamento das atividades das serventias extrajudiciais, integrada a um sistema corporativo mais eficiente e infra-estrutura mais adequada que a atualmente em uso. Com a substituição dos atuais procedimentos manuais espera-se eliminar todas as dificuldades atualmente enfrentadas pela falta de comunicação via sistema entre este Órgão Censório e as serventias extrajudiciais do Estado do Tocantins, possibilitando:

I – Coleta das informações em tempo real;

II- Minimização de custos com papel, suprimentos de informática e serviços de correios;

III- Reduzir as inspeções in loco, mediante monitoramento remoto via sistema, reduzindo também os custos com viagens de servidores;

V- Maior segurança para as serventias e usuários;

VI- Controle externo dos atos praticados, por meio de conferência dos atos via consulta internet;

VII – aumento de arrecadação;

c) A legislação atual (Lei nº 2011/2008) prevê a utilização de Selo de Fiscalização dos Serviços Extrajudiciais na forma física, ocasionando dificuldade de controle, requer logística na distribuição, e elevados custos, a proposta de migrar o selo para forma digital, possibilitará modernizar os procedimentos utilizados nas serventias extrajudiciais, além de ser um meio eficaz de controle da autenticidade dos atos praticados.

O projeto consiste na eliminação gradativa do selo impresso existente hoje, a fim de oferecer maior segurança e transparência ao usuário e proteger as serventias extrajudiciais contra roubos e fraudes na emissão e utilização destes. Ao contrário do atual selo em papel, o digital não poderá ser danificado nem reutilizado, por exemplo.

▪ Entregas

Estudo sobre alteração de Lei 2011/08 e proposta sobre a migração do selo de fiscalização para forma virtual.

- Prospecção de Tecnologias
- Apresentar à Presidência do TJ e ANOREG
- Visitas técnicas em Estados
- Realização de Provas de Conceito de Tecnologias em um cartório da Capital
- Análise dos Processos de Trabalho
- Descrição Funcional e Novos Processos de Trabalho
- Plano de deslocamento para Fase 1 de Implantação
- Fase 1 de Implantação - iniciando pelas Comarcas de Palmas e Miranorte
- Elaboração de Plano de deslocamento para Fase 2 de Implantação
- Fase 2 de Implantação - nas demais Comarcas
- Regulamentação
- Conclusão – 100% das Serventias alcançadas

▪ Resultados

Resultados Esperados:

- Implantação do sistema: 15 serventias até dezembro/2011
- Implantação do sistema até dezembro/2012
- Gerenciar 100% dos atos praticados pelas serventias extrajudiciais por sistema informatizado até dez/2013
- Redução da inadimplência de envio de dados relativos às atividades cartorárias. Linha de base: Superior a 20%.

- Tempestividade dos dados. Linha de base: prazo de 60 dias para entrega de mapas
- Realização de auditorias online até dez/2013
- Encaminhar anteprojeto de lei ao TJ até junho/2011 (referente mudança de fiscalização para forma digital).

Resultados Alcançados:

Avaliação do termo de encerramento do projeto:

O projeto do Sistema Integrado de Serventias Extrajudiciais - GISE é de tamanha grandeza para a Corregedoria-Geral da Justiça proporcionando maior segurança, agilidade aos procedimentos, em geral de orientação e fiscalização as serventias extrajudiciais do Estado do Tocantins.

Verifica-se ainda que o sistema vem apresentar alternativas de modernização do atendimento às serventias extrajudiciais, propiciando eficiência e conforto aos procedimentos, uma vez que são enviadas informações mensais, mencionando valor de emolumentos, quantidades de atos praticados e taxas recolhidas, sendo estas anteriormente enviadas por meio de mapas, via correio, ou email.

Agora com alimentação diária no sistema, no final de cada mês são retirados os levantamentos estatísticos de todas as informações necessárias para a Corregedoria.

No mesmo contexto, percebe-se que minimizou as dificuldades enfrentadas por falta de comunicação entre este Órgão Sensorial e as serventias extrajudiciais como:

- I - coleta das informações em tempo real;
- II - diminuição de custos com papel, suprimentos de informática e serviços de correios;
- III - maior segurança para as serventias e usuários;
- IV - aumento de arrecadação.